



Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico, Economia Regional e Instituições

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA:
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE FOSTER (AF) NAS
GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2001 E 2011.**

Taís Regina da Silva Ferreira¹

Solange Regina Marin²

Resumo: A pobreza tem sido objeto de estudo nos últimos anos e as análises têm evoluído de um contexto unidimensional, baseado na renda monetária, para uma análise multidimensional que considera outras dimensões de vida dos indivíduos. O objetivo do artigo é calcular uma medida multidimensional de pobreza para as mulheres das cinco grandes regiões do Brasil, nos anos de 2001 e 2011. A base de informações utilizada foi da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foi utilizado o método Alkire Foster (AF), composto de doze etapas, que permite não só a identificação de quantos são os pobres, mas o quão são pobres. Foram selecionados dezoito indicadores distribuídos em quatro dimensões: acesso a condições básicas de sobrevivência, acesso a trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle sobre o próprio ambiente. Os resultados demonstram que o Nordeste foi a região que apresentou a maior concentração da pobreza média (A) e da incidência ajustada (M_0) em 2001. O contrário ocorreu na região Sudeste que registrou a menor pobreza média (A) e por consequência a menor incidência ajustada. Em 2011, a maior pobreza média (A) se concentrou na região Norte e a menor, na região Sul. Esses resultados revelam a importância de ações sociais e econômicas integradas que contribuam para a promoção do desenvolvimento e focalizem a resolução das dificuldades encontradas pelas mulheres dessas regiões.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional; Grandes regiões; Método Alkire-Foster.

Abstract: Poverty has been studied in the last years and analyzes have evolved from a one-dimensional context, based on monetary income, to a multidimensional analysis that considers other dimensions of life of individuals. The aim of this paper is to calculate a multidimensional measure of poverty for women of the five major regions of Brazil, in 2001 and 2011. The information base used was the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (National Survey by Household Sampling). We used the Alkire Foster method (AF), composed of twelve steps, which allows not only the identification of how many are poor, but how are poor. Eighteen indicators divided into four dimensions were selected: access to basic survival conditions, access to work and income, access to knowledge and control over one's environment. The results show that the Northeast was the region with the highest concentration of average poverty (A) and adjusted incidence (M_0) in 2001. The opposite occurred in the Southeast region with the lowest average poverty (A) and consequently the lower adjusted incidence. In 2011, the highest average poverty (A) was concentrated in the North and lowest in the South. There needs to be integrated social and economic actions that contribute to the promotion of development.

Key-Words: Multidimensional poverty; Large regions; Alkire-Foster method.

JEL: I32; I39

¹ Graduada em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria - tais.ferreirax@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria – solremar@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A pobreza tem sido objeto de estudo nos últimos anos e as análises têm evoluído de um contexto tradicional, baseado na unidimensionalidade, para uma análise mais qualitativa e multidimensional. Nessa nova perspectiva, é interessante o questionamento sobre o que é ser pobre e também sobre quais são os critérios que definem uma pessoa ou uma família ser classificada como pobre. A questão maior não está em apenas identificar o número de pessoas privadas em várias dimensões de sua vida, mas em descobrir em quais indicadores e qual a intensidade da privação sofrida.

O problema da pobreza sempre existiu e está longe de ser completamente resolvido. Em 1994, os pobres representavam 34% da população brasileira (em torno de 56 milhões de pessoas); em 2003 este número subiu para, aproximadamente, 61 milhões (35% da população) e em 2009 diminuiu para cerca de 40 milhões de pessoas (21% da população) (PNAD/IBGE 2015).

A partir de uma análise multidimensional, a problemática que orientou o presente artigo é: quais foram as dimensões e os indicadores que as mulheres mais sofreram privações nas grandes regiões brasileiras? O objetivo geral é calcular uma medida multidimensional de pobreza para as mulheres das cinco grandes regiões brasileiras, nos anos de 2001 e 2011, por meio do método Alkire Foster (AF).

Optou-se por selecionar apenas mulheres para compor a amostra, pois segundo Todaro *et al* (2012) são as mulheres que realizam a educação básica das crianças e disponibilizam mais renda para acesso dos filhos do que os pais. Elas são geralmente mais pobres que os homens, sendo mais privadas, por exemplo, na educação e em todas as formas de liberdade. Para Sen (1997), mesmo com as mulheres cada vez mais participativas na vida econômica, ainda são elas que apresentam maior vulnerabilidade juntamente com as crianças. Em uma pesquisa realizada em 1997, Sen concluiu que o maior número de famílias que caem abaixo da linha de pobreza são chefiadas por mulheres.

O estudo está dividido em seis partes, a começar por essa introdução. A segunda apresenta informações sobre cada uma das regiões. Na terceira parte, é explicado conceito de pobreza e seu caráter multidimensional; abrange os principais indicadores multidimensionais de pobreza e desenvolvimento, que são: IDH, IPH e o IPM. Na parte quatro é apresentado o Método Alkire Foster (AF) e seus doze passos, assim como também, é demonstrado quais foram as dimensões, indicadores considerados para a



realização desta análise. A quinta parte discute os resultados obtidos para as grandes regiões brasileiras. Para finalizar, serão apresentadas algumas considerações.

2 AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS

O Brasil possui a quinta maior área territorial do planeta e a quinta maior colocação no número populacional. É composto de 26 estados e um Distrito Federal, corresponde a 47% da área territorial da América do Sul. O Brasil segue, até os dias de hoje, a divisão regional estabelecida em 1970, que divide o país em cinco grandes regiões oficiais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul – como demonstrado na figura 1 (IBGE, 2015). É a maior economia da América Latina, segunda da América - atrás apenas dos Estados Unidos - e sexta maior economia do mundo (IBGE, 2015).



Figura 1 – Distribuição territorial das cinco grandes regiões do Brasil
Fonte: IBGE, 2015

As informações apresentadas são dados secundários e tem o intuito de melhor caracterizar cada uma das regiões que foram escolhidas para a realização deste trabalho. Os anos escolhidos para a análise da pobreza multidimensional são dois, 2001 e 2011.



Tabela 1 – Dados secundários das grandes regiões do Brasil no ano de 2001

DADOS/ REGIÃO	População residente*	População Feminina Residente *	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotament o sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
Norte	9.910	6.530	69.310	91,54	0,566	71,63	81,32	1.284
Nordeste	49.724	24.625	191.592	78,29	0,599	67,13	64,22	11.411
Centro- Oeste	12.174	5.952	129.649	95,89	0,595	90,36	84,68	1.343
Sudeste	75.164	37.568	837.646	98,24	0,565	96,83	91,68	6.487
Sul	25.769	12.882	249.626	97,13	0,545	96,55	83,57	2.122

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

*Unidade: em milhões pessoas ** em (1 000 R\$) ***milhões pessoas

Na região Sudeste é onde está concentrada a maior parte da população do Brasil e é também a região que, em 2001, apresentava o maior Produto Interno Bruto (o que significa que era a maior economia, possuía geração de empregos, a maior renda per capita e um alto crescimento de suas empresas). A região Nordeste, em 2001, concentrava a maior parte da população pobre do país e a menor cobertura de serviços como abastecimento de água e coleta de lixo, além de concentrar o maior índice de analfabetismo. O Norte é a região que possuía a menor população em 2001, mas a maior proporção da população era feminina, como demonstrado na tabela 1.

Em 2011 (tabela 2), se comparada com o ano de 2001 (tabela 1), observa-se que a população residente de todas as regiões cresceram, em especial a região Norte que quase dobrou a população no período.

O Índice de Gini é a medida de grau de concentração de uma distribuição, cujo valor pode variar de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima) (IBGE, 2015). Tanto em 2001 quanto em 2011, a região Sul foi quem apresentou o menor índice, ou seja, a menor desigualdade.

Em 2011, a região Centro-Oeste apresentava os menores índices de analfabetismo. Quanto a população feminina de 2011, as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste eram compostas por cerca de 50% mulheres.



Tabela 2 – Dados secundários das grandes regiões do Brasil no ano de 2011

DADOS/ REGIÃO- ANO	População residente*	Populaça o Feminina Residente *	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotament o sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abasteciment o de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
Norte	16.528	7.973	223.538	92,41	0,506	81,98	74,82	1.919
Nordeste	55.044	27.389	555.325	92,05	0,512	85,85	75,58	8.727
Centro- Oeste	14.582	7.171	396.411	99,32	0,534	98,04	91,92	1.024
Sudeste	83.274	41.602	2.295.690	99,56	0,486	98,86	95,72	4.587
Sul	28.397	14.039	672.049	99,38	0,470	99,12	92,32	1.619

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

*Unidade: em milhões pessoas ** em (1 000 R\$) ***milhões pessoas

Apresentadas as cinco grandes regiões do Brasil, na seção seguinte são apresentadas as bases conceituais da “pobreza” e abordado seu aspecto multidimensional. Em seguida é demonstrado o método AF para análise de pobreza multidimensional nas cinco regiões que foram descritas nessa seção.

3 BASES CONCEITUAIS DA POBREZA

A conceituação de pobreza passou por uma evolução ao longo dos anos; ocorreu a passagem de uma abordagem unidimensional para abordagens cada vez mais multidimensionais. Na perspectiva multidimensional, a pobreza é analisada em termos econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciam o bem-estar das pessoas; enquanto na abordagem unidimensional a pobreza é analisada apenas como insuficiência de renda monetária.

A pobreza representa uma situação na qual as oportunidades mais básicas ao desenvolvimento dos indivíduos, enquanto cidadãos, são negadas, ou seja, pode ser caracterizada como diversos tipos de privações (SEN 1997; ROCHA 2003; KAGEYAMA E HOFFMANN 2006; SANTOS 2009).

Com o passar do tempo, tornou-se necessário especificar quais são as necessidades dos indivíduos e quais medidas seriam as mais adequadas para que estas fossem atendidas sem desconsiderar o padrão de vida e o contexto socioeconômico. O conceito de pobreza exige que sejam levados em consideração as peculiaridades, a realidade social e as diferentes características que cada país apresenta (ROCHA, 2003).

Anand e Sen (1997), além de apresentarem a pobreza como a pior forma de privação de uma pessoa, alegam que ela envolve a ausência de oportunidades para se viver uma vida suportável, daí a necessidade de um aspecto multidimensional para este



fenômeno. Essa abordagem tem sido vista como uma vantagem; passa a ser importante e indispensável por envolver adequadamente uma ampla visão de privações dos indivíduos.

O indivíduo pode ter à sua disposição vários bens e recursos, porém se não conseguir obtê-los o agente já é considerado privado, tanto por condições de saúde, de localização, por gênero ou etnia, como por questões financeiras. Um indivíduo é pobre se não conseguir levar uma vida social pelo fato de não obter um nível pleno de saúde, de renda monetária, de nutrição, de bem-estar que permita obter recursos, como trabalho, educação, saúde, moradia, direitos sociais para levar uma vida normal em sociedade (CODES, 2008).

Os diferentes conceitos sobre o fenômeno da pobreza não servem somente para a visualização da evolução conceitual que tal fenômeno obteve nos últimos tempos. A importância desta evolução conceitual é que em cada estágio de desenvolvimento de um país o problema da pobreza pode ser tratado conforme a origem desta carência. Se o processo de desenvolvimento de um país está associado à geração de renda monetária; sabe-se que as melhores medidas a serem tomadas ao processo desenvolvimentista serão as monetárias representadas pela renda per capita. Porém, se o processo de desenvolvimento estiver associado às capacitações pessoais, as medidas mais cabíveis ao processo de desenvolvimento e combate a pobreza são as medidas multidimensionais, ligadas a uma visão mais ampla do que a pobreza dita pela insuficiência de renda monetária (MARIN; OTTONELLI, 2008).

Vários são os estudos publicados que demonstram o predomínio da abordagem monetária unidimensional nas pesquisas de pobreza no Brasil. Esse fato demonstra a necessidade de concentrar esforços na elaboração de trabalhos e aplicação de métodos multidimensionais de análise da pobreza em nosso país que estejam alinhados com a perspectiva do desenvolvimento humano. Na tentativa de somar esforços neste quesito, optou-se por começar a mostrar uma apresentação mais ampla do aspecto multidimensional, o que é realizado na seção seguinte.

3.1 A natureza multidimensional da pobreza

Tendo como referência o economista Amartya Sen, a abordagem da pobreza multidimensional vai muito além da análise de informações sobre a renda monetária, considera características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem estar das



pessoas. Por meio dessa abordagem, a pobreza pode ser definida como a privação de capacitações³ e funcionamentos que podem impedir as pessoas de levar a vida que elas desejam. As capacitações podem ser consideradas como “a liberdade de escolha entre diferentes alternativas do modo de vida do indivíduo”. E os funcionamentos seriam a alternativa efetivamente exercida pelas pessoas (SEN, 2000).

Pontos positivos e negativos da abordagem multidimensional da pobreza são identificados por Carneiro (2005): se por um lado ela é revelada a partir dos resultados efetivos em termos de qualidade e condições de vida, uma vez que, aponta a inter-relação entre as diversas carências; por outro, ela deixa a desejar, pois não contribuiria muito para a elaboração de ações de combate à pobreza. Isso ocorre principalmente por não sinalizar, de forma precisa, os fatores condicionantes da pobreza ou que estão envolvidos na sua reprodução.

Independente da linha teórica básica, a mensuração da pobreza engloba dois estágios essenciais. De acordo com Sen (1976), a medição da pobreza pode ser dividida em duas etapas: identificação e agregação. A etapa da identificação pressupõe o estabelecimento de um parâmetro, chamado de linha de pobreza que, quando confrontado a um indicador de bem-estar, permite a classificação da população em dois grupos: pobres e não pobres. Enquanto a agregação consiste na seleção de uma medida ou um índice de pobreza específico que agrega as informações sobre pessoas pobres em um indicador global de pobreza (SEN, 1976).

Cabe destacar que a opção pelo enfoque da pobreza multidimensional não significa o afastamento da renda monetária como uma dimensão da pobreza. Sen (2000) enfatizou que a renda monetária é uma importante dimensão da pobreza, mas não pode, nem deve ser considerada a única. A partir disso, são apresentadas as características dos principais indicadores multidimensionais de pobreza e desenvolvimento: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Índice de Pobreza Humana (IPHs); e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Estes três índices são importantes por representarem uma tentativa de avaliação multidimensional de desenvolvimento e pobreza.

O IDH foi o primeiro índice a ser elaborado a partir de critérios multidimensionais (RDH, 2010). É composto por três dimensões: saúde/longevidade, educação e padrão digno de vida e quatro indicadores: expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetismo, taxa de matrículas dos níveis primário, secundário e superior e o

³ O termo *capability* é entendido neste trabalho como capacitação, mas a tradução mais frequente é “capacidade”.



rendimento nacional bruto per capita. É válido destacar que se trata de um indicador de desenvolvimento e não de pobreza (RDH, 2010).

Este índice pode variar entre 0 e 1, onde 0 significa nenhum desenvolvimento humano e 1 significa desenvolvimento humano total. Países com IDH maior ou igual a 0,9 são considerados “desenvolvidos”, porém, aqueles que não alcançarem este valor são considerados “em desenvolvimento” (PNUD, 2014). Em 2014, o IDH do Brasil foi igual a 0,744.

Sen (2000) enfatiza que este índice faz uma análise com riqueza de informações sobre como os seres humanos vivem em cada sociedade, indo muito além de uma única medida tradicional do progresso econômico.

O IPH, criado em 1997, o IPH foi publicado no RDH do mesmo ano. É derivado do IDH e veio com o objetivo de mensurar a pobreza humana. Este índice reflete a distribuição do progresso e mede o acumulado existente de privação (RDH, 1997).

De acordo com Anand e Sen (1997), a diferença entre o IDH e o IPH está no fato de que o primeiro é formulado com base em uma perspectiva conglomerativa (focada na população em geral), enquanto o IPH adota a perspectiva da privação (focada nos pobres). Tanto o IPH quanto o IDH representam informações sobre o desenvolvimento humano, englobam outros aspectos que não somente a renda monetária, todavia, o IPH não substitui o IDH. Ambos possuem suas características específicas, o IDH visa à população como um todo, o IPH possui uma visão mais focal (ANAND e SEN, 1997).

Um ano após sua apresentação, o RDH (1998) decompôs o IPH em dois (IPH1 e IPH2). O intuito dessa divisão era diferenciar países em desenvolvimento (IPH1) dos países desenvolvidos (IPH2) para se adequar as diferentes condições sociais e econômicas de cada um (UNDP, 1998).

O IPH1, ao medir a pobreza nos países em desenvolvimento, considera as seguintes variáveis: uma vida longa e saudável; nível de conhecimento; um nível de vida digno. O IPH2 mensura a pobreza com as mesmas variáveis do IPH1, porém com um adicional, a exclusão social.

Em função da semelhança na opção da escolha das dimensões e dos indicadores deste índice em relação ao IDH, tanto um quanto o outro, sofrem críticas. As principais críticas estão centradas na escolha das dimensões, indicadores e pesos, agregabilidade e desagregabilidade. Porém, é válido evidenciar que os indicadores e pesos utilizados para a construção de um índice sintético devem corresponder as preferências da sociedade,



mesmo não havendo garantias de que estes indicadores escolhidos representem uma boa referência das preferências sociais (SEN, 2000; BARROS *et al*, 2003; Barros *et al*, 2006; OLIVEIRA, 2006).

O IPM foi elaborado com base no trabalho de Alkire e Santos (2010) e introduzido no RDH de 2010. O IPM tem intuito de substituir o IPH, por superar algumas de suas falhas, como por exemplo: identificar os indivíduos que sofrem privações em conjunto (PNUD, 2010).

Este índice revela não só quantas pessoas sofrem privações sobrepostas, mas quantas privações enfrentam em média. Além de ser decomposto por dimensão, demonstra a intensidade da pobreza entre diferentes regiões, gênero, e entre outros aspectos; é de grande interesse para políticas públicas (PNUD, 2010, 2013). O IPM engloba as três dimensões do IDH: saúde, educação e padrão de vida, porém, estas dimensões possuem dez indicadores com pesos iguais dentro da sua dimensão (PNUD, 2010).

De acordo com essa medida, “(...) para serem consideradas pobres, as famílias têm de sofrer privações em, pelo menos, seis indicadores do padrão de vida ou em três indicadores do padrão de vida e um indicador referente à saúde ou à educação.” (RDH, 2010). O IPM, como já dito anteriormente, capta a pobreza além do contexto monetário e está mais voltada para os países em desenvolvimento. Segundo o RDH (2010), quanto menor é o IDH maior é a probabilidade de existência da pobreza multidimensional.

O IPM, segundo o RDH (2010), encontra algumas dificuldades em relação à coleta de dados, que muitas vezes não são atualizados e limita a comparação do IPM entre países,

“... apesar dos melhoramentos na disponibilidade e na qualidade dos dados desde 1990, ainda existem grandes lacunas e falhas. Ainda faltam boas medidas de resumo de aspectos críticos do bem-estar, nomeadamente em relação à captação. E é necessário mais trabalho a nível conceitual e empírico para juntar às duas agendas, a da sustentabilidade ambiental e a da medição do desenvolvimento humano” (RDH, 2010, p.104).

Após a apresentação dos principais indicadores multidimensionais de pobreza e desenvolvimento que são importantes por representarem uma tentativa de avaliação multidimensional de pobreza, é apresentado o método Alkire Foster (AF).



4 O MÉTODO ALKIRE-FOSTER (AF) E A POBREZA

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2010) informa que a medida de pobreza que considera apenas as privações da renda monetária é importante, porém é indispensável considerar outras dimensões, como por exemplo, a saúde e a educação, bem como as más condições de moradia de uma pessoa. Neste tipo de medida é importante que a escolha destas dimensões seja feita de forma clara e bem estruturada. A renda monetária por si só não explica os múltiplos aspectos que contribuem para a pobreza, sendo necessário analisar separadamente as diferentes dimensões com seus respectivos indicadores.

Sabina Alkire e James Foster (2007) criaram um método, composto de 12 etapas, para medir a pobreza multidimensional, denominado AF (OPHI, 2009). O método AF serviu de base para a construção do IPM apresentado no RDH (2010). Alkire e Foster (2007, 2009) e Alkire (2011) descrevem as etapas da seguinte forma:

1º Passo: *escolher a unidade de análise*, que pode ser um indivíduo, domicílio, mas pode ser também uma escola, comunidade, hospital, etc.

2º Passo: a *escolha das dimensões*, sendo esta muito importante.

3º Passo: a *escolha dos indicadores* para cada uma das dimensões definidas.

4º Passo: *definição da primeira linha de pobreza*, esta deve ser especificada para cada indicador, sendo o mais claro possível, para que possa ser identificado quem é pobre e quem não é pobre. Por exemplo, se o indicador for “saber ler e escrever”: o indivíduo será considerado privado se não souber ler e escrever e será considerado não privado se souber ler e escrever.

5º Passo: *aplicação da primeira linha de pobreza*. Este passo identifica o status de cada indivíduo, conforme o corte a ser considerado. Por exemplo, na dimensão saúde, se o indicador for acesso ao atendimento médico e a privação se confirmar, assinala-se este indicador como privado (P), mas caso a privação não se confirme, assinala-se não-privado (NP) fazendo este procedimento para todos os indicadores escolhidos.

6º Passo: *contagem do número de privações* para cada indivíduo/domicílio.

7º Passo: *definição da segunda linha de corte de pobreza*. Essa é identificada como k , que define em quantos indicadores um indivíduo terá de ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre.



8º Passo: *aplicação da linha k* para obtenção da lista de indivíduos pobres e separando-os dos não-pobres. Assim, as informações dos não-pobres são substituídos por zero, e dos NP também. Os valores das privações (P) assumem valor 1.

9º Passo: *o calculo do percentual de pobres (H)*. Divide-se o total de pessoas que são privadas em *k* ou mais indicadoras pelo total geral da amostra, obtendo-se assim uma proporção.

10º Passo: *realização do calculo do hiato da pobreza média (A)*. Soma-se a proporção das privações de todas as pessoas pobres e divide-se pelo número total de pobres, obtendo-se o número médio de privações que uma pessoa pobre sofre.

11º Passo: *calculo da incidência ajustada (M₀)*. Multiplica-se H por A, ou seja, $M_0 = H \times A$. Seu valor pode variar de um (quando a população se aproxima da extrema pobreza) a zero (quando se afasta da situação de pobreza).

12º Passo: *decomposição por grupo e/ou por dimensão*. M_0 pode vir a ser decomposto para cada subgrupo da população, podendo-se assim, analisar a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral. 'A' é dividido pelos pobres na dimensão *j*, resultando em A_j . Sendo que $A_j \times H$ leva a M_{0j} , a dimensão ajustada que mostra a participação da dimensão *j* na pobreza global.

A principal vantagem dessa metodologia é que ela é uma medida de pobreza que considera as etapas da identificação e da agregação que Amartya Sen (1976) estabelece para a mensuração da pobreza. É de fácil interpretação, torna explícitos os passos para cada dimensão, identifica privações conjuntas e possui diversas formas de apresentar privações através da mensuração da intensidade. É uma metodologia flexível que permite ao pesquisador definir os cortes e pesos de suas dimensões e indicadores (FERES, 2013).

Na sequencia, é realizada a apresentação das dimensões e indicadores escolhidos para a realização deste artigo, assim como a justificativa da escolha da unidade de análise e do período, aplicando os doze passos da metodologia AF.

4.1 As etapas do método Alkire Foster aplicado às grandes regiões brasileiras

Escolher a unidade de análise é o primeiro passo da metodologia AF – as mulheres das grandes regiões brasileiras. Mas, porque as mulheres? A escolha das mulheres é devido ao fato de que são elas que permanecem com os filhos quando as famílias se desfazem, visto que as crianças são as que possuem a maior vulnerabilidade



dentro das famílias (Santos *et al*, 2010). Em caso de separação, 86% das mães ficam com os filhos (IBGE, 2015). Sen (1997) argumenta do importante papel das mulheres no processo de desenvolvimento como expansão das capacitações humanas. De acordo com Marin *et al* (2009), são as mulheres que formam o conhecimento dos filhos.

Segundo Todaro *et al* (2012), são as mulheres que realizam a educação básica das crianças e disponibilizam mais renda para acesso dos filhos do que os pais. Elas são geralmente mais pobres que os homens, sendo mais privadas, por exemplo, na educação e em todas as formas de liberdade. Para Sen (1997), mesmo com as mulheres cada vez mais participativas na vida econômica, ainda são elas que apresentam maior vulnerabilidade juntamente com as crianças. Ainda segundo o autor, o maior número de famílias que caem abaixo da linha de pobreza são chefiadas por mulheres.

Para David Grusky e Ravi Kanbur (2006 *apud* Alkire, 2008) a escolha das dimensões merece atenção; não há um consenso sobre qual dimensão utilizar e nem como definir a importância de cada dimensão. Dimensões não são derivadas da ideia sobre o que é ter vida boa, mas são valores ou motivos que são reconhecidos na própria experiência de vida do indivíduo.

A realização do segundo passo – escolher as dimensões – foi baseada na literatura existente sobre as medidas multidimensionais de pobreza como, por exemplo, o trabalho de Barros e Silva (2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Alkire e Santos (2010), Kerstenetzy *et al* (2011), Albuquerque e Cunha (2012), e Brites *et al* (2013).

Para se conhecer as ameaças que a pobreza estabelece, é preciso compreender a sua dimensão e o processo por meio do qual ela é medida. Em uma abordagem multidimensional, a análise deve ser contextual, para que assim gere informações relevantes para a tomada de decisões e políticas públicas específicas para cada região ou país (MIDEROS, 2012).

Alkire (2002) apresentou alguns motivos sobre a necessidade de se especificar as dimensões. Uma das razões fundamentais é de que se busca reduzir a pobreza ao maximizar o bem estar em função do objetivo multidimensional do desenvolvimento humano. Outra razão está relacionada com a necessidade de metodologias eficazes para avaliar vantagens e desvantagens dentro de diferentes culturas. Uma terceira razão, é que um conjunto de dimensões pode ajudar os grupos a identificar impactos não intencionais. A quarta e última razão é referente à determinação de dimensões que sejam facilmente entendidas para que possam se propagar.



Ainda não existe uma fórmula única para a construção dos indicadores. Barros e Silva (2006) lembram que existem diversas possibilidades para a construção dos indicadores de pobreza multidimensional, mesmo que dois trabalhos com mesmas dimensões e mesmos indicadores venham a ser comparados, ambos podem apresentar pesos diferentes para cada variável.

Definir os indicadores para cada dimensão escolhida é o terceiro passo da metodologia AF. Com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o Quadro 1 apresenta as quatro dimensões selecionadas (acesso a condições básicas de sobrevivência, acesso a trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle sobre o próprio ambiente) divididas em dezoito indicadores e suas linhas de corte que definem se a pessoa é ou não privada.

Quadro 1 – Dimensões, indicadores e linhas de corte.

Dimensões	Indicadores	Privado se...
Acesso a condições básicas de sobrevivência	<ol style="list-style-type: none">1. Material predominante na construção das paredes externas do prédio2. Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio3. Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade4. Destino do lixo domiciliar5. Forma de iluminação do domicílio6. Tem fogão de duas ou mais bocas7. Tem rádio8. Tem televisão em cores9. Tem geladeira	<ol style="list-style-type: none">1. O material predominante na construção das paredes externas do prédio não for de alvenaria ou madeira aparelhada2. Não tiver água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio3. Não tiver banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade4. O destino do lixo não for através de coleta direta ou indireta5. A iluminação do domicílio não for elétrica (de rede, gerador, solar).6. Não tiver fogão de duas bocas ou mais7. Não tiver rádio8. Não tiver televisão em cores9. Não tiver geladeira de uma ou duas portas
Acesso a trabalho e renda	<ol style="list-style-type: none">1. Posição na ocupação no trabalho principal2. Horas trabalhadas por semana para todos os trabalhos3. Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita	<ol style="list-style-type: none">1. Não esteve empregado com carteira de trabalho assinada ou militar ou funcionário público estatutário ou trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada ou trabalho por conta própria ou é empregador.2. Não trabalhar quarenta e quatro horas por semana3. Rendimento mensal inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo



Acesso ao conhecimento	1. Anos de estudo 2. Sabe ler e escrever 3. Tem microcomputador	1. Se a pessoa não possuir seis anos ou mais de estudo 2. Não saber ler e escrever 3. Não tiver microcomputador
Controle sobre o próprio ambiente	1. Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho 2. Condição de ocupação do domicílio 3. Teve algum trabalho no período de referência de 365 dias (menores, de 5 a 9 anos de idade)	1. O tempo de percurso for maior de 1 hora 2. A condição de ocupação do domicílio não for próprio, já pago ou próprio, ainda pagando ou alugado. 3. Não teve nenhum trabalho no período de referência de 365 dias.

Fonte: Brites *et al* (2013). Adaptado pelas autoras, com base nos dados da PNAD.

Estas dimensões, indicadores e linhas de corte foram aplicadas a um total de 379.685 mulheres (194.757 mulheres em 2001 e 184.928 mulheres em 2011).

O quarto passo do método AF consiste na definição da 1ª linha de pobreza, ou seja, a determinação de um valor aceitável para cada um dos indicadores considerados, conforme terceira coluna do Quadro 3, por exemplo: o indivíduo é considerado privado se não souber ler nem escrever..

O quinto passo é a aplicação da primeira linha de pobreza que define se a pessoa é privada (P) ou não privada (NP) para cada um dos indicadores das quatro dimensões consideradas. Por exemplo, na dimensão “acesso a condições básicas de sobrevivência”, no indicador “tem geladeira”, a pessoa é considerada privada (P) se não tiver esse bem, e não privada (NP) se tiver geladeira em seu domicílio.

O passo seis consiste na soma das privações de cada indivíduo, ou seja, em quantos indicadores cada pessoa é privada; cada variável tem peso igual dentro da sua dimensão (RDH, 2010).

O sétimo passo consiste em definir a segunda linha de pobreza e o oitavo passo em aplicá-la, sendo essa linha denominada k . Essa linha determina o número de privações que um indivíduo precisa apresentar para ser considerado multidimensionalmente pobre. O k escolhido como a 2ª linha de pobreza é $k = 6^4$; equivale a 1/3 do total de indicadores considerado neste trabalho.

⁴ Alkire e Seth (2009) ressaltam a importância de estabelecer valores intermediários para k . Se o gestor público ou o pesquisador adotar um posicionamento de que pobre é a pessoa que é privada em um ou mais indicadores, tem-se que 100% da amostra estará sujeita a ser privada, um meio termo é indispensável.



O nono passo resulta na incidência H , ou seja, a proporção de pobres. Por exemplo, se a população total é formada por 15.000 pessoas e 6.000 são consideradas multidimensionalmente pobres, tem-se $H=0,40$, ou seja, 40% da população é considerada pobre.

O décimo passo é o cálculo de A (pobreza média), que mostra em média em quantos indicadores as pessoas são pobres. Para este cálculo é necessário dividir o total da amostra dos indivíduos com $k=6$ ou mais privações pelo total de indicadores a serem considerados (18). Este resultado deve ser dividido pelo total de pessoas de cada região brasileira para se chegar à pobreza média.

O penúltimo passo mede o M_0 , incidência ajustada, obtida através da multiplicação da proporção de pobres (H) pela pobreza média (A); que resume em um único índice a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional. A importância do M_0 está na capacidade que possui de avaliar as políticas públicas de combate à pobreza, visto que a medida de pobreza diminuirá conforme a política beneficie os pobres que sofrem uma pobreza mais intensa (Gallo e Roche, 2011).

Segundo Gallo e Roche (2011, p. 11), “(...) es decir M_0 , se interpreta como la proporción de carencias que experimenta la población pobre, respecto al máximo posible de privaciones que podría experimentar toda la población”. Sendo assim, M_0 é a soma ponderada de privações, que é interpretada como a “falta de liberdade” da população, que neste artigo é representada pelas mulheres (Alkire, 2011).

Além disso, Gallo e Roche (2011) também afirmam que é possível interpretar o valor de M_0 , que varia entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1 mais pobre e maior privação nas dimensões) como porcentagem de uma possível situação de extrema pobreza que poderia sofrer uma determinada população.

Por último, o passo 12, é a decomposição de M_0 e a segmentação por dimensões. Neste caso, optou-se por identificar os indicadores que possuem o maior número de privações em cada dimensão e os indicadores onde as mulheres são mais privadas em cada uma das grandes regiões.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos últimos passos do método AF é calculada a proporção dos pobres (H), a intensidade da pobreza ou pobreza média (A) e a incidência ajustada pela intensidade (M_0).



O “ M_0 ” é obtido, como destacado na seção sobre o método, através da multiplicação da proporção de pobres (H) pela pobreza média (A), $M_0=H \times A$ (essa medida permite a decomposição, por exemplo, por área rural e urbana, entre outras).

Nas tabelas abaixo são apresentados os resultados agregados correspondentes aos passos 7 a 11 do método AF descritos anteriormente, nos anos de 2001 e 2011, para cada $k=6$.

Tabela 3 – Pobreza multidimensional das grandes regiões brasileiras para $k = 6$ indicadores em 2001

Região	Total de Mulheres	Nº de Pobres	Proporção de Pobres (H)	Pobreza Média (A)	Incidência Ajustada ($M_0 = H * A$)
Norte	21176	3662	0,1729	0,4159	0,0719
Nordeste	63073	17839	0,2828	0,4555	0,1288
Centro-Oeste	20893	2191	0,1049	0,4101	0,0430
Sudeste	59590	3567	0,0599	0,4019	0,0241
Sul	30025	1926	0,0641	0,3964	0,0254

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Quanto maior é o número de indicadores (k) considerados no cálculo da privação de um indivíduo, menor é o número de mulheres pobres. Se for considerado que pobre é a pessoa que sofrer privação em todos os indicadores das diferentes dimensões, tem-se que nenhuma pessoa é pobre. Em 2001, a região Nordeste foi a que apresentou a maior proporção de mulheres pobres (28%), e a região Sul foi quem concentrou a menor proporção quando $k=6$.

No que se refere à pobreza média (A), quando $k = 6$, as mulheres apresentam em média privações em quatro indicadores em todas as regiões. A última coluna da tabela 6 apresenta a incidência ajustada (M_0), seu valor máximo a ser considerado é um (onde toda população é pobre) e o mínimo é zero (onde ninguém é pobre), sendo que a maior incidência ajustada em 2001 foi da região Nordeste; este indicador apontou que as mulheres são consideradas privadas em aproximadamente 13% dos indicadores.



Tabela 4 – Pobreza multidimensional das grandes regiões brasileiras para $k = 6$ indicadores em 2011

Região	Total de Mulheres	Nº de Pobres	Proporção de Pobres (H)	Pobreza Média (A)	Incidência Ajustada ($M_0 = H * A$)
Norte	28839	4920	0,1706	0,4148	0,0708
Nordeste	54974	8119	0,1477	0,4030	0,0595
Centro-Oeste	19206	617	0,0321	0,3618	0,0116
Sudeste	53087	1156	0,0218	0,3648	0,0079
Sul	28822	478	0,0166	0,3648	0,0061

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em 2011, cerca de 17% das mulheres foram consideradas pobres, quando utilizado $k = 6$ na região Norte, não apresentando variação se comparado com o ano de 2001. Portanto, cerca de 83% da população feminina é considerada não privada (NP) em nenhum dos dezoito indicadores escolhidos. Quanto a pobreza média (A), ao considerar $k = 6$, constatou-se que as mulheres apresentaram em média privações em 4 indicadores em todas as regiões, não ocorrendo grandes variações. A incidência ajustada foi maior na região Norte, onde as mulheres são consideradas privadas em 7% dos indicadores.

Nota-se que diferentemente do ano de 2001, onde a região Nordeste concentrava a maior proporção de mulheres privadas e a maior incidência ajustada, em 2011, essa concentração estava na região Norte. Observa-se que, de 2001 para 2011, as regiões Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste (onde ocorreu a redução de pobreza mais significativa) obtiveram uma redução de privações; somente a região Norte apresentou resultados quase insignificantes, pois em 2001 a incidência ajustada apresentada foi de 7% e em 2011 também.

No decorrer dos anos, a necessidade de complementar a renda familiar pode ser considerada um dos principais fatores na decisão da mulher de ingressar no mercado de trabalho, porém, essa atitude partiu não só das mulheres de famílias de baixa renda, mas também das camadas sociais médias e de maior escolaridade (Bruschini, 1995).

Em 2014, as mulheres apresentaram uma participação de 40,9% na renda familiar, e 59,1% ainda provem dos homens. Porém, essa diferença vem reduzindo, entre 2000 e 2010, o crescimento da renda média dos homens obteve uma variação de 7,8% positivamente, enquanto a renda média das mulheres superou com 12% no mesmo período. Em 2000, 45% das mulheres não possuíam renda própria, já em 2010, 30,4% delas não tinham qualquer tipo de rendimento (Dieese, 2014).



Ao observar as grandes regiões verificou-se que na região Nordeste a participação das mulheres na renda média familiar foi a maior dentre as cinco grandes regiões – 50,7% - em relação aos homens. Na região Sudeste a participação delas foi de 47,6%, seguido da região Centro-Oeste (46,5%), Sul (45,5%) e Norte (45,3%) (Dieese, 2014).

5.1 Identificação dos indicadores que as mulheres mais sofrem privações

No último passo do método AF, optou-se por identificar quais os indicadores que as mulheres mais sofrem privação em cada dimensão por grande região do Brasil. A questão está em verificar se ocorreu alguma alteração nos indicadores que apresentaram privação nos anos de 2001 e 2011 para as diferentes regiões.

Com a tabela 8 (abaixo) é possível verificar quais foram os indicadores que as mulheres mais sofrem privações no ano de 2001, ao considerar $k=6$, sendo possível assim a realização de um comparativo entre as grandes regiões para cada um dos anos estudados.

Em 2001, na dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência, destaca-se o indicador posse de TV em cores que foi o item que as mulheres apresentaram maior número de privações; na segunda dimensão, acesso a trabalho e renda, evidencia-se a faixa de rendimento domiciliar per capita; na dimensão acesso ao conhecimento, a posse de microcomputador foi o indicador que apresentou maior privação; a quarta e última dimensão que é o controle sobre o próprio ambiente, a condição de ocupação do domicílio possui maior privação.

Tabela 5 – Indicadores que as mulheres sofrem maior privação, quando $k = 6$, em porcentagem no ano de 2001.

Indicador / Grande Região	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Tem TV em cores	63,95%	71,96%	63,62%	65,85%	71,72%
Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita	83,17%	86,55%	59,76%	78,22%	76,53%
Tem microcomputador	99,37%	99,82%	99,32%	99,75%	99,27%
Condição de Ocupação do Domicílio	79,90%	78,33%	54,18%	60,25%	65,75%

Fonte: Elaborada pelas autoras.



As tabelas 8 e 9 foram formuladas ao considerar $k = 6$, onde, valores intermediários devem ser considerados para k , a fim de evitar que extremos ocorram, como por exemplo, 100% da população vir a ser considerada pobre (quando $k = 1$).

Ao observar a tabela 9 (abaixo), assim como na tabela 8 (acima), é possível identificar não só as dimensões, mas também os indicadores que as mulheres mais sofrem privações em 2011, por grande região. Na primeira dimensão, acesso a condições básicas de sobrevivência, destaca-se o indicador destino do lixo domiciliar; na dimensão acesso a trabalho e renda, distingue-se a faixa de rendimento domiciliar per capita; no acesso ao conhecimento, a posse de microcomputador foi o indicador que apresentou maior privação; na quarta e última dimensão, que é o controle sobre o próprio ambiente, a condição de ocupação do domicílio foi onde as mulheres apresentaram maior privação.

Tabela 6 – Indicadores que as mulheres sofrem maior privação, quando $k = 6$, em porcentagem no ano de 2011.

Indicador / Grande Região	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
Destino do Lixo Domiciliar	72,64%	76,52%	62,24%	57,09%	54,39%
Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita	79,55%	81,54%	68,88%	74,48%	73,01%
Tem microcomputador	99%	99,67%	95,95%	97,58%	95,82%
Condição de Ocupação do Domicílio	17,42%	19,66%	55,75%	44,64%	40,59%

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Para ambos os anos (2001 e 2011) os indicadores que as mulheres mais sofreram privações em cada dimensão foram os mesmos, com exceção da dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência que em 2001 o indicador de maior privação era a TV em cores e em 2011 foi o destino do lixo domiciliar. Observa-se que em 2001, em todas as regiões, mais de 99% das mulheres foram consideradas privadas no indicador posse de microcomputador. Já em 2011, neste mesmo indicador, as condições das mulheres (de acesso ou não a este bem) melhoraram, sendo que as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam os melhores resultados 95,82% e 95,95%, respectivamente. Este bem é de suma importância para o acesso ao conhecimento.

Quanto a faixa de rendimento, em 2001 a região Nordeste era onde as mulheres consideradas pobres recebiam os menores salários, este grupo, que recebem menos que $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal, representava 86,5% da população feminina da região. O



inverso ocorreu na região Centro-Oeste, que apresentou a melhor situação comparada às demais regiões onde 60% das mulheres ganhavam menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Em 2011, a única região que não apresentou melhorias em relação a faixa de rendimento das mulheres (em relação ao ano de 2001) foi a Centro-Oeste. Para Sen (2010), mesmo a renda não sendo o único meio para se alcançar a redução da pobreza, é uma das dimensões mais importantes da pobreza.

Na região Norte e Nordeste, no indicador destino do lixo domiciliar, em 2011, cerca de 75% das mulheres não recebiam cobertura deste serviço; já na região Sul, os índices foram os melhores para este ano, aproximadamente 55% das mulheres ainda não estavam recebendo este serviço. Este indicador é considerado essencial, pois o não recolhimento do lixo domiciliar colabora para a proliferação de doenças e da poluição (DDS, 2014).

Em 2001, no indicador acesso a TV em cores (que se destacou na dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência), as regiões Nordeste e Sul possuem o maior número de mulheres sem acesso a este bem, aproximadamente, 72% da população feminina.

A condição de ocupação do domicílio foi o indicador que apresentou os resultados mais significativos no quesito melhorias. Observa-se que em 2001, as regiões Norte e Nordeste possuíam quase 80% de suas mulheres privadas neste indicador, porém, em 2011, o número de mulheres que apresentaram privação nestas mesmas regiões foi inferior a 20%, onde, é considerado privado o indivíduo que não possuir residência própria (já paga ou ainda pagando) (IBGE, 2015).

A principal vantagem do método é essa possibilidade de identificação, não só das dimensões/indicadores nos quais as mulheres mais são privadas, como também do quanto elas são privadas em cada um deles.

CONCLUSÃO

Sob o enfoque multidimensional da pobreza e o uso do método Alkire Foster (AF) foi possível identificar as maiores privações sofridas pelas mulheres das grandes regiões do Brasil para os anos de 2001 e 2011. Ao adotar a análise multidimensional proposta para as cinco grandes regiões do Brasil, constatou-se que: o Sul, tanto em 2001 quanto em 2011, foi a região que teve a maior concentração de mulheres sem privação nenhuma. O inverso ocorre para o Norte, onde, em ambos os anos essa região



apresentou a maior concentração de mulheres com privação (se comparada às demais regiões).

O Nordeste apresentou a maior concentração da pobreza média (A) em 2001. Em contrapartida, a região Sudeste registrou a menor pobreza média (A) e por consequência a menor incidência ajustada. Diferentemente de 2011, que a maior pobreza média (A) se concentrou na região Norte e a menor, na região Sul.

O índice de pobreza multidimensional calculado possibilitou identificar a região Nordeste como a que possuía as mulheres mais próximas da pobreza em 2001 (mas ainda longe da situação de extrema pobreza), ao considerar $k = 6$ ou mais indicadores. Porém, o quadro se inverte em 2011, quando a região Norte passa a ser identificada como a que possui as mulheres mais próximas da pobreza. O Sul é a região que apresentou os melhores resultados para ambos os anos (2001 e 2011), as mulheres residentes nessa região estão muito afastadas da situação de extrema pobreza (0,6% em 2011).

Os resultados obtidos na pesquisa multidimensional da pobreza demonstram que, quando considerado $k = 6$ (onde as mulheres são privadas em pelo menos seis indicadores), ocorreu uma queda significativa no número de mulheres pobres em 2011 comparadas a 2001.

Em 2001 e 2011, de forma geral, os indicadores em que as mulheres mais apresentaram privações para cada dimensão foram os mesmos, com exceção da dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência que em 2001 destacou-se o indicador posse de TV em cores e, em 2011, sobressaiu o indicador destino do lixo domiciliar.

Para a realização deste trabalho, foram utilizados dados secundários coletados via PNAD, porém, faltam informações, principalmente, referente a saúde.

Estes resultados, sem dúvida, podem e devem ser utilizados para identificar os locais e quais as variáveis que mais precisam de atenção para determinado investimento, problemas só poderão ser resolvidos, quando identificados não só em quantidade, mas também, em proporção em que ocorrem.

Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é essencial na atual conjuntura social em que se estrutura o país. Isso significa que é preciso que haja ações sociais e econômicas integradas que contribuam para a promoção do desenvolvimento que, conseqüentemente, permita a eliminação dos riscos de incidência da pobreza não só para as mulheres, mas para todos os indivíduos.



REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. R. de; CUNHA, M. S. da. **Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná.** Revista de Economia, v.38, n.3 (ano 36), p.45-64, set./dez.2012. Editora UFPR.
- ALKIRE S.; S. SETH. **Multidimensional Poverty and BPL measures in India: A comparison of methods** – Working Paper No. 15, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford University 2009.
- ALKIRE, S. **Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty.** *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, n. 8862, 2008.
- ALKIRE, S. **Dimensions of Human Development.** *World Development*, v. 30, n. 2, p. 180-205, 2002.
- ALKIRE, S. **Summer School on Capability and Multidimensional Poverty.** Oxford: University of Oxford, 2011. (Oxford Poverty & Human Development)
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty.** OPHI Working Paper, n. 32, 2009.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty.** Oxford: University of Oxford, 2007. (Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 7).
- ALKIRE, S.; SANTOS, E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries.** Oxford: University of Oxford, 2010.
- BARROS, P. A.; CARVALHO, M., FRANCO, S. **Índice de desenvolvimento da família (IDF).** IPEA: Rio de Janeiro, 2003. (Texto para discussão N° 986).
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006.
- BRITES, Maríndia; FERREIRA, Taís R. S.; MOURA, Ana C.; LANZA, Tatiana; MARIN, Solange R. **Pobreza Multidimensional nas grandes regiões brasileiras: uma aplicação do método Alkire Foster (AF) (2012).** I Seminário Jovens Pesquisadores 2013.
- BRUSCHINI, C. **Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta.** Editora LTR. São Paulo, p. 83-119, 1995.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social.** In: Revista Social e Sociedade. n°84. São Paulo: Cortez, 2005. (66-90)
- CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa.** Brasília: IPEA, abr. 2008. (Texto para discussão n° 1332)



DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (DDS). **Aspectos sociais relacionados à coleta e à reciclagem do lixo no Brasil.** Disponível em: <http://dssbr.org/site/>. Acesso em: 12 mar. 2015.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho, renda e arranjos familiares na RMFS.** Sistema PED. Pg. 1 – 18. 2014.

FERES, Juan C.; Villatoro, Pablo. **A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica.** CADERNO DE ESTUDOS. Desenvolvimento social em debate. 2013. Pg 32.

GALLO, Cesar R.; ROCHE, José M. **Las dimensiones de la pobreza en Venezuela y sus câmbios entre 1997 y 2010: propuesta de una medida multidimensional.** Banco Central de Venezuela (BCV) 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm> Acesso em: 17 jan. 2015.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional.** *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KERSTENETZKY, C. L.; VECCHIO, R. D.; CARVALHO, M. M. de. **Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada às regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008.** Center for Studies on Inequality and Development, Niteroi, 2011.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. **Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões–RS.** *Redes* 13.3 (2009): 241-265.

MARIN, S. R; OTTONELLI, J. **Medida multidimensional de pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS.** REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v.13, n.3, p.241 – 265. Set./Dez. 2008.

MIDEROS, A. M. Ecuador: Definición y medición multidimensional de la pobreza, 2006-2010, **Revista de la CEPAL**, nº108, p. 51-70, 2012.

OLIVEIRA, L. S. de. **Três Ensaio sobre Pobreza Multidimensional.** Rio de Janeiro, 2010. p.123; Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Doutorado em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 12 abril 2015.

RDH – **Relatório de Desenvolvimento Humano.** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. (2010)

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil – Afinal, do que se Trata?** Editora FGV. 2003



SANTOS, L.; KERSTENETZY, C. L. **Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro.** Center for Studies on Inequality and Development, Niterói, 2010. (Texto para discussão nº 23).

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana.** São Paulo: Hucitec.2009. (77-86)

SEN, A. K. **Poverty in the human development perspective: concept and measurement.** In: Human Development Report. Pag. 15-23, 1997.

SEN, Amartya; ANAND, Sudhir. **Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective.** In: Poverty and Human Development: Human Development Papers 1997.

_____. **Poverty in the human development perspective: concept and measurement.** In: Human Development Report. Pag. 15-23, 1997.

_____. **A decade of human development.** Journal of Human Development, Vol 1, Nº 1: p.18

_____. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Poverty: an ordinal approach to measurement.** Econometrica, Paper, n. 44, 1976: 219 – 231.

SIDRA (IBGE) - **Banco de dados Agregados.** Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br
Acesso em: 17 jan. 2015.

TODARO, M. P; SMITH, S. C. Economic Development. 10th ed. (2012).

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 1998:** Consumption for Human Development. New York: Oxford University Press, 1998.